

NOVO PRETO VELHO

Folha de S. Paulo, 30 de março de 2008

AUTORA DE OBRA PIONEIRA, A ANTROPÓLOGA AMERICANA DIANA BROWN AFIRMA QUE A UMBANDA NÃO É KITSCH NEM FOLCLÓRICA, MAS, SIM, RELIGIÃO DE CLASSE MÉDIA

DA SUCURSAL DO RIO

A antropóloga norte-americana Diana Brown discorda dos que vêem na umbanda um símbolo do subdesenvolvimento brasileiro. Ela desembarcou no Rio em 1966 e foi morar numa favela, durante cinco meses, para estudar um movimento que supunha ser de negros pobres, mas logo descobriu que era uma iniciativa criada e dominada pela classe média. Pioneira no estudo da umbanda no Brasil, Brown é professora da Universidade Columbia, em Nova York. Seu livro “Umbanda - Politics of an Urban Religious Movement”, de 1974, não foi até hoje traduzido para o português. (MB) ★

FOLHA - Por que decidiu estudar o Brasil e a Umbanda?

DIANA BROWN - A primeira vez em que estive no Brasil foi em 1966. Era aluna de antropologia e fazia o doutorado na Columbia. Naquele tempo, havia muito interesse pelo Brasil e por cursos com professores como Charles Wagley and Marvin Harris, que fizeram várias pesquisas no Brasil. Foi assim que tomei conhecimento pela primeira vez do que chamavam cultos afro-brasileiros. Eu me interessei, estudei português e li todos os trabalhos que havia na biblioteca, como Nina Rodrigues, João do Rio, Arthur Ramos, Luiz Costa Pinto, René Ribeiro, Roger Bastide, Ruth Landes. Naquela época, o departamento de antropologia da Columbia, como aqueles da maioria das universidades americanas e brasileiras, estava fortemente influenciada pelo modelo de modernização. Por esse modelo, as religiões de influência africana deveriam estar em declínio e desaparecendo no Brasil. Isso porque, supostamente, faziam parte do setor tradicional ou atrasado da sociedade, que estava se transformando numa sociedade moderna. Meus professores diziam que eu só encontraria a umbanda nos setores menos modernizados, mais pobres e menos escolarizados. Por isso, me orientaram a situar a pesquisa numa favela. Em 1966, consegui uma bolsa da Fundação Ford e fui morar e estudar a umbanda durante cinco meses no Jacarezinho, na zona norte, então uma das maiores favelas do Rio. No fim da primeira semana, me encontrei com um general reformado do Exército que era líder de uma das federações umbandistas. Cada fio da favela que eu seguia acabava em pessoas da classe média. Assim, resolvi fazer a pesquisa sobre a classe média na umbanda.

FOLHA - Por que a umbanda, e não o candomblé ou outra religião?

BROWN - Naquele momento, todo mundo se interessava pelo candomblé e desprezava a umbanda por ter se misturado com outras religiões. O puro é que era considerado bom e autêntico. Ainda hoje persiste essa idéia. Alguns colocam o candomblé como cultura popular autêntica e a umbanda como kitsch. Não concordo com isso, acho que a imagem de autenticidade é uma construção social. Achei e ainda acho a umbanda autêntica. Os umbandistas me receberam muitíssimo bem, os acadêmicos não. Alguns diziam: por que você veio estudar a umbanda, que é um símbolo do nosso subdesenvolvimento? Outra reação foi a

de que a umbanda era uma religião que não valia a pena estudar, que era folclore. Hoje, a imagem da umbanda mudou, mas nem tanto. Ela ainda carrega traços dessa vergonha.

FOLHA - Qual era o contexto do surgimento da umbanda?

BROWN - Havia muito preconceito, mas muita gente a praticava. A imagem era de classe baixa e ignorante. O grupo que começou a promover a umbanda branca tinha um background kardecista. Eles se achavam, por isso, protegidos e legitimados. Mas havia muito preconceito e perseguição. Embora Getúlio Vargas fosse conhecido como “pai dos pobres” e “pai da umbanda” e, em 1966, muitos terreiros que visitei ainda tivessem retratos dele, ficou evidente que ele deixou a polícia invadir os terreiros e foi tudo muito brutal.

FOLHA - Qual o papel do Zélio de Moraes na construção da umbanda?

BROWN - Ele e seu grupo conseguiram promover a imagem dessa umbanda que foi chamada de umbanda branca. Foi um esforço para embranquecer e modernizá-la. O papel dele é simbólico, foi o porta-voz dessa “nova” umbanda.

FOLHA - O fato de ele ter recebido em 1908 o Caboclo das Sete Encruzilhadas significou uma ruptura com o kardecismo?

BROWN - Eu não diria isso. Para ele [Zélio de Moraes] foi uma ruptura, mas era mais uma expressão do ecletismo que já existia. Foi esse caboclo quem falou para o Zélio que ele seria o fundador, mas antes já existiam caboclos e a prática de religiões africanas. Era uma grande mistura.

FOLHA - O Censo 2000 mostrou queda no número de umbandistas.

BROWN - A expansão da umbanda foi impulsionada em parte pelo tipo de política populista do período antes de 1964. Havia procissões enormes em Copacabana e grande envolvimento de políticos até o final dos anos 1960. Eu imaginava que continuaria a crescer. Reginaldo Prandi e outros [estudiosos] falam que houve um contrabalanço e uma tendência a se africanizar. A imagem de embranquecimento que eu enfrentei era ambígua: era uma tentativa de se europeizar e se elitizar. É mais do que [uma questão] racial, era uma metáfora para a vida moderna. O que significa a África? Eu vejo a africanização também de maneira ambígua: como uma referência à herança africana e também como uma metáfora para o exótico, o autêntico e o poder espiritual. As classes médias e as elites sempre procuram o que consideram “autêntico” na cultura popular, como o jazz nos Estados Unidos, o samba ou o Carnaval no Brasil, que começaram entre os setores pobres e foram se transformando em coisas da elite.

FOLHA - Você achava que a umbanda tinha a cara do brasileiro. Ainda acha?

BROWN - Não. Para os fiéis, era uma expressão forte do nacionalismo cultural. Ela foi promovida, durante um momento muito freiriano [referência a Gilberto Freire], como a única religião genuinamente brasileira. Mas esse momento passou, e essa imagem nunca teve âmbito nacional. No âmbito da cultura popular, o Carnaval define muito mais o brasileiro do que a umbanda.

FOLHA - O que é umbanda?

BROWN - É uma religião que trata com espíritos, que são muitos e têm a capacidade de intervir na vida cotidiana das pessoas. E podem intervir para o bem ou para o mal. Os rituais celebram os espíritos, que se manifestam e conduzem os trabalhos de cura e de orientação

para os problemas. A maioria das pessoas que freqüentam a umbanda foi levada pelo sofrimento. No campo simbólico, você tem dois grupos subalternos, os índios e os escravizados, que são celebrados como personagens de alta importância. Há uma mistura com catolicismo, kardecismo, uma variedade muito grande de práticas, e há sobretudo uma imagem de caridade. Mas há também os terreiros que trabalham com Exu e que fazem o que as pessoas querem, para o bem ou para o mal. São a ala menos aceita pelos umbandistas declarados, mas talvez seja a mais forte.

FOLHA - Você chegou a simpatizar com a umbanda?

BROWN - Eu me criei numa família protestante, mas larguei o protestantismo e não tenho muita crença. Para mim, a umbanda tem a mesma validade de outras religiões, talvez um pouquinho mais.

Não posso dizer que acredito nos espíritos, mas também não posso negar tudo que eu vi acontecer nos terreiros. Seja qual for a causa, funciona muito bem: ela cura, trata e cuida.

O TERREIRO DA CONTRADIÇÃO

UMBANDA ADOTOU RITUAIS DA MACUMBA POR SEREM MAIS “DRAMÁTICOS” QUE OS DO KARDECISMO, MAS BUSCOU SE “DESAFRICANIZAR” AO REJEITAR FEITIÇARIAS E MATANÇAS

*História da religião foi marcada pela
hostilização da polícia, da Igreja
Católica e de neopentecostais*

MARCELO BERABA
DA SUCURSAL DO RIO

A umbanda comemora neste ano seu primeiro centenário. Reconhecida por sua capacidade de assimilar e misturar rituais, crenças e símbolos do catolicismo popular, do espiritismo kardecista, dos cultos africanos, da pajelança indígena, de tradições orientais e, mais recentemente, do esoterismo, ela continua a perseguir os mesmos objetivos de quando foi criada: respeito e reconhecimento social.

A religião ainda é estigmatizada e tem dificuldades de firmar identidade própria e uma imagem positiva -a maioria dos brasileiros ouvidos em 2007 pelo Datafolha acha que a umbanda é coisa do demônio.

Perseguida durante décadas pela polícia, depois pela Igreja Católica e, mais recentemente, pelos evangélicos neopentecostais, ela teve seu apogeu entre o final dos anos 1950 e o início da década de 1980.

Hoje, sofre um pequeno declínio de seguidores, segundo o censo de 2000, mas está presente em diversos países, é sacudida por movimentos de revitalização, principalmente em São Paulo, e influencia outras religiões.

Espiritismo abasileirado

No dia 15 de novembro de 1908, exatos 19 anos após a Proclamação da República, o Caboclo das Sete Encruzilhadas se manifestou numa sessão espírita kardecista em Neves, São Gonçalo, município fluminense próximo ao Rio, então capital federal. Foi um escândalo. A Doutrina Espírita do francês Allan Kardec [pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail, 1804-1869] tinha seguidores no Brasil desde 1865.

Embora haja indícios de incorporações de espíritos de índios e de escravos negros nas diversas formas de macumba que existiam no Rio de Janeiro do século 19, os kardecistas não os admitiam por considerá-los espíritos marginais e pouco evoluídos. Quem recebeu o caboclo indesejado, e logo em seguida o preto-velho Pai Antônio, foi Zélio Fernandino de Moraes, um rapaz de 17 anos que se preparava para entrar para a Escola Naval.

Os registros daquele episódio variam conforme a fonte.

Em um dos relatos, reproduzido no livro “Umbanda Cristã e Brasileira” (J. Alves Oliveira, 1985), o caboclo teria assim se revelado: “Se julgam atrasados esses espíritos dos pretos e dos índios [caboclos], devo dizer que amanhã estarei em casa deste aparelho [o médium Zélio de Moraes] para dar início a um culto em que esses pretos e esses índios poderão dar a sua mensagem e, assim, cumprir a missão que o plano espiritual lhes confiou”.

Em 1970, Ronaldo Linares, hoje presidente da Federação Umbandista do Grande ABC, ouviu a história da revelação do próprio Zélio (1891-1975). O espírito se apresentou como caboclo brasileiro e foi contestado por um médium kardecista, que disse que via nele “restos de vestes clericais”.

O caboclo então teria explicado: “O que você vê em mim são restos de uma existência anterior. Fui padre, meu nome era Gabriel Malagrida e, acusado de bruxaria, fui sacrificado na fogueira da Inquisição por haver previsto o terremoto que destruiu Lisboa em 1755. Mas, em minha última existência física, Deus concedeu-me o privilégio de nascer como um caboclo brasileiro”.

Quando perguntaram seu nome, respondeu: “Se é preciso que eu tenha um nome, digam que sou o Caboclo das Sete Encruzilhadas, pois para mim não existirão caminhos fechados. Venho trazer a umbanda, uma religião que harmonizará as famílias e que há de perdurar até o final dos séculos”.

A sina da umbanda, desde então, é trabalhar para impedir que os seus caminhos se fechem. A adoção do 15 de novembro como marco da criação da umbanda é uma convenção da década de 1970.

Embora o registro da incorporação seja de 1908, o primeiro terreiro, o Centro Espírita Nossa Senhora da Piedade, do mesmo Zélio de Moraes, teria sido criado na década de 1920, e o estatuto que norteou o seu funcionamento e serviu de referência para dezenas de outros terreiros umbandistas que seguiram as orientações ditadas por Zélio é de 1940.

A nova religião nasce de uma aparente contradição.

De um lado, o desejo de se diferenciar das práticas de feitiçaria dos cultos de origem africanos considerados primitivos; do outro, a decisão de abasileirar os espíritos que se manifestavam por meio dos médiuns, dando espaço de honra aos índios e aos escravos africanos e descendentes.

A umbanda deu os seus primeiros passos no mesmo período em que a sociedade brasileira vivenciava um forte processo de transformação. A hegemonia econômica da agricultura começava a ceder espaço para a nascente industrialização, que trazia consigo novas classes sociais.

A antropóloga norte-americana Diana Brown [leia entrevista na pág. ao lado], pioneira no estudo da umbanda na década de 1960, constatou que os fundadores da religião eram majoritariamente de classe média, insatisfeitos com o espiritismo kardecista que praticavam e observadores dos centros de macumba que funcionavam nas favelas.

“Eles passaram a preferir os espíritos e divindades africanos e indígenas presentes na macumba, considerando-os mais competentes do que os altamente evoluídos espíritos kardecistas na cura e no tratamento de uma gama muito ampla de doenças e outros problemas”, escreveu em “Uma História da Umbanda no Rio” (1985).

Os fundadores achavam os rituais da macumba mais “estimulantes e dramáticos” do que as sessões de espiritismo, mas rejeitaram aqueles com matança de animais e incorporação de espíritos que consideravam diabólicos, como os de Exu.

O esforço inicial foi no sentido de desaffricanizar a umbanda e “purificá-la”. É o espiritismo de umbanda, logo umbanda branca, que adota princípios e ícones do catolicismo, crenças e compromissos do kardecismo (como a mediunidade, a reencarnação e a prática da caridade) e adere à magia e ao culto aos orixás africanos, mas sem a feitiçaria e as matanças da macumba e da quimbanda.

O desafio inicial era como, ao mesmo tempo, incorporar essas aquisições e se diferenciar de suas matrizes. O primeiro terreiro mantém a referência kardecista (Centro Espírita) e homenageia um ícone católico (Nossa Senhora da Piedade).

Décadas de perseguições

Há um fator objetivo para aqueles médiuns tentarem se distinguir da macumba.

Apesar da liberdade religiosa conquistada com a República, o Código Penal de 1890 proibia “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios”. O código de 1942 ainda reprimia os “feiticeiros”, mas não todos, apenas os acusados de usarem os seus poderes para o mal, segundo estudos da antropóloga Yvonne Maggie.

Um parêntese: na interpretação de Yvonne Maggie, ao combater a feitiçaria, o código de 1890 de alguma maneira indicava que o Estado e sua elite acreditavam nos poderes sobrenaturais dos feiticeiros e por isso os perseguiam.

A primeira fase de expansão da umbanda coincide com as mudanças sociais e políticas ocorridas na década de 1930 e com a ditadura nacionalista e populista de Getúlio Vargas (1930 a 1945). Segundo Diana Brown, a escolha pela umbanda de símbolos como os caboclos e pretos-velhos foi influenciada pelo “intenso nacionalismo do regime de Vargas e pelo seu esforço de criar uma cultura nacional como base para a unificação do povo brasileiro”.

A valorização dos índios e escravos gerou a idéia de que a umbanda é a única religião genuinamente brasileira, o que é contestado por vários estudiosos. O antropólogo Emerson Giumbelli lembra que na década de 30, quando a umbanda se consolidou, várias religiões surgiam ou se afirmavam com o mesmo caráter nacionalista.

Giumbelli cita os casos do kardecismo, com o lançamento em 1938 do livro que tornou conhecido o médium Chico Xavier [1910-2002], “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, e o Santo Daime, criado no Acre.

Mesmo identificados com as diretrizes do governo Vargas, os umbandistas foram perseguidos durante o Estado Novo. O Museu da Polícia, no Rio, guarda uma coleção de cerca de 200 imagens, vestes, guias e objetos dos cultos apreendidos naquela época.

O acervo, tombado, está guardado em armários de aço no prédio de 1910 da rua da Relação (centro) onde funcionou a Polícia Central do Distrito Federal e, na ditadura militar, o Dops

(Departamento de Ordem Política e Social). A Coleção de Cultos Afros foi durante muitas décadas identificada como Coleção de Magia Negra.

As primeiras federações umbandistas foram criadas para enfrentar a discriminação social e a repressão policial.

Uma vítima famosa da polícia foi Euclides Barbosa (1909-88), precursor da umbanda em São Paulo. Mais conhecido pelo apelido de Jaú, poucos pais-de-santo apanharam tanto e foram presos tantas vezes quanto ele, a ponto de ser considerado por alguns líderes “o grande mártir” da religião.

Antes de ser pai-de-santo, Jaú se tornou conhecido como zagueiro do Corinthians (1932-37) e da seleção brasileira que disputou a Copa de Mundo de 1938 na França.

Um dos idealizadores das festas de Iemanjá no litoral paulista no final da década de 1950, Jaú foi perseguido durante anos pela Guarda Civil, e há relatos de torturas e humilhações públicas que sofreu.

Os anos dourados

A umbanda começou a respirar na década de 1950, mas não por muito tempo. A redemocratização do país, em 1945, propiciou o ambiente de liberdade religiosa. Em 1953 foram criadas em São Paulo as duas primeiras federações umbandistas (no Rio, já existia uma desde 1939, fundada por Zélio de Moraes). Em 1964, caiu a exigência de registro obrigatório dos terreiros na polícia, e foi mantido apenas o registro civil em cartórios públicos.

Levantamento feito pelos antropólogos Lísias Nogueira Negrão e Maria Helena Concone mostra que, na década de 1940, em São Paulo, apenas 58 terreiros umbandistas se registraram nos cartórios, para 803 que se declararam espíritas.

Na década de 1950, a proporção se inverteu: 1.025 terreiros se assumiam de umbanda contra 845 centros espíritas e apenas um terreiro de candomblé. O apogeu ocorreu na década de 1970, quando foram registrados 7.627 terreiros de umbanda, 856 de candomblé e 202 centros espíritas.

A perseguição policial arrefeceu, mas não terminou, com o fim da ditadura de Vargas.

Na década de 1950, eles ganharam um novo inimigo igualmente forte, a Igreja Católica. A campanha religiosa nos púlpitos e na imprensa só diminuiu depois do Concílio Vaticano 2º (1962-65), mas a tregua foi curta. A partir da década de 1970, eles passaram a ser perseguidos com um vigor ainda maior pelos seguidores das novas religiões pentecostais.

Os umbandistas têm recorrido à Justiça contra a intolerância. A ação mais importante, patrocinada pelo Superior Órgão de Umbanda do Estado de São Paulo, foi ganha em 2005 na Justiça Federal contra as redes Record e Mulher, ambas da Igreja Universal, e aguarda manifestação do Superior Tribunal de Justiça. O Ministério Público denunciou os programas que enfocaram “de maneira negativa e discriminatória as religiões afro-brasileiras”.

No Rio, a ação das igrejas neopentecostais foi fulminante nas favelas. No morro Dona Marta, zona sul, funcionaram, até meados da década de 1980, seis terreiros de umbanda, um de candomblé e um de espiritismo de mesa.

Todos acabaram, e hoje é esse o número de templos de igrejas neopentecostais.

No censo de 2000, 432 mil brasileiros se declararam umbandistas, uma queda de 20% em relação ao censo de 1991. A tendência de queda é real, mas é bem provável que o número de fiéis seja bem maior porque muitos não se declaram publicamente por medo ou vergonha.

Muitos frequentadores procuram os centros para conselhos ou curas, mas não se consideram umbandistas.

Apesar disso, a religião parece forte e renovada em cidades como São Paulo -segunda capital em número de seguidores, depois do Rio- e Porto Alegre, matriz da expansão da umbanda para o Uruguai e a Argentina a partir da década de 1970.

CENTRO EXPANDIDO

DISPERSÃO PERMITIU À UMBANDA ENXERTAR-SE EM OUTRAS CRENÇAS, MAS A PREJUDICOU NO COMPETITIVO MERCADO RELIGIOSO; SP DESPONTA EM NÍVEL NACIONAL

DA SUCURSAL DO RIO

São 18h de uma quinta-feira e a fila que começa em frente ao sobrado do Belenzinho onde funciona o Colégio de Umbanda Sagrada Pai Benedito de Aruanda, na zona leste de São Paulo, já sumiu de vista. O culto começa às 19h, e nas próximas quatro horas 127 médiuns incorporados com espíritos de caboclos atenderão gratuitamente a mais de 1.200 pessoas que buscam conselhos e curas.

O colégio de umbanda é hoje um dos pólos de expansão da religião em São Paulo e no interior do Estado. Além das giras noturnas, recebe semanalmente cerca de 2.500 alunos nos grupos de estudo e mantém uma escola onde ajuda a desenvolver a mediunidade de 250 futuros pais e mães-de-santo.

À frente do projeto está o médium Rubens Saraceni, 56, criador da Umbanda Sagrada e hoje um dos expoentes da religião em São Paulo, junto com Jamil Rachid, Milton Aguirre e Ronaldo Linares, todos com 75 anos. Saraceni vem tentando construir um arcabouço teológico com livros como “Doutrina e Teologia de Umbanda Sagrada” e “O Código de Umbanda”, editados pela Madras.

Ele escreveu 42 livros, uma boa parte psicografados. O romance “O Guardião da Meia-Noite” vendeu mais de 150 mil exemplares.

Há outro indício de vitalidade da umbanda em São Paulo, a Faculdade de Teologia Umbandista. Criada pelo cardiologista Francisco Rivas Neto, 58, em 2003, é reconhecida pelo Ministério da Educação e formou em 2007 os primeiros 35 teólogos. Rivas Neto também é um escritor de sucesso e tem igualmente uma obra doutrinária. Seu principal livro é de 1989, “Umbanda - A Proto-Síntese Cósmica” (editora Pensamento), a base da Ordem Iniciática do Cruzeiro Divino.

Antes deles, Ronaldo Linares criou, em 1968, um programa de cursos e já formou mais de 2.700 sacerdotes. Sua principal obra é o Santuário Nacional da Umbanda, da Federação Umbandista do Grande ABC, um terreno de 645 mil m² com áreas da Mata Atlântica preservadas. É lá que os umbandistas paulistas realizam suas oferendas religiosas.

Saraceni, Rivas Neto e Linares são indicadores da vitalidade da umbanda em São Paulo. Todos tentam dotar a religião de uma base doutrinária que lhe dê status e reconhecimento, mas a tarefa é difícil.

Parece ser intrínseco à umbanda a dispersão, a descentralização e a prática sem cânones. As centenas de federações criadas desde a década de 1930 também tentaram unificá-la, organizá-la e normatizá-la, sem êxito. Cada terreiro, tenda ou centro é uma umbanda. É uma religião aberta, definem seus seguidores. Quem manda é o chefe do terreiro.

Essa herança cultural ajudou e atrapalhou a umbanda. Reginaldo Prandi observa que dificultou a sua participação no mercado religioso, extremamente competitivo e dominado por religiões mais organizadas e com sólida base econômica. Mas também é fato que lhe permitiu sobreviver e enxertar-se em outras religiões.

O antropólogo Emerson Giumbelli atribui às fronteiras fluidas entre o espiritismo e a umbanda e entre a umbanda e o candomblé a sua vitalidade. Os caboclos e pretos-velhos “umbandizaram” o candomblé, o Santo Daime e outras práticas de encantados. Até mesmo algumas igrejas evangélicas hostis adotaram o descarrego.

A nova umbanda

A umbanda mudou muito nesses cem anos. Ela manteve a essência criada por Zélio de Moraes -como a crença na mediunidade, na reencarnação e na força dos orixás e de entidades espirituais-, mas os rituais e simbologias já não são os mesmos.

O pioneiro Centro Espírita Nossa Senhora da Piedade, criado por Zélio de Moraes e hoje dirigido por sua neta, Lygia Marinho da Cunha, 70, em Cachoeiras de Macacu (RJ), é uma exceção.

Embora tenha sofrido mudanças inevitáveis em seu estatuto interno, ele permaneceu imune a práticas que acabaram sendo adotadas pela maioria dos centros.

As mudanças mais visíveis foram o uso dos atabaques no acompanhamento dos cantos religiosos (antes, os pontos eram só cantados ou acompanhados por palmas), a incorporação de novas linhas de entidades “nacionais” (como boiadeiros, baianos e marinheiros) e o culto aberto aos exus (espíritos demonizados pelas igrejas católica e evangélicas).

Os centros foram se conformando de acordo com a ênfase que deram para alguma das matrizes criadoras da religião.

Assim, uns valorizam mais as raízes africanas (umbanda omolokô e a umbanda traçada ou umbandomblé), outros, o kardecismo ou o catolicismo popular (umbanda branca e derivadas), outros ainda, as tradições ocultistas (umbanda esotérica) ou as pajelanças indígenas (umbanda de caboclo).

Mesmo a origem da palavra umbanda gera polêmica. A tese mais aceita é a de que veio de uma das línguas faladas por escravos vindo de regiões como Angola e Congo (bantos) e que significaria a arte de curar ou feiticeiro. Para a umbanda esotérica, no entanto, a palavra é derivada de “Aum-ban-dan”, que significaria o conjunto das leis divinas numa “língua dos espíritos”.

Novas encruzilhadas

Passados cem anos, os umbandistas que entrevistei para esta reportagem podem ser divididos, em relação ao futuro da umbanda, em duas categorias: a dos otimistas e a dos céticos.

Encontrei os mais otimistas em São Paulo, onde a religião tem suas escolas de formação, teólogos, jornais e uma indústria própria de objetos religiosos. Os mais céticos estavam no Rio, onde visitei centros tradicionais empobrecidos.

A médium carioca Adriana Berlinski de Queirós, 27, está de malas prontas para a Bolívia. Uma singularidade já lhe causou problemas nos centros em que atuou: ela diz receber o mesmo Caboclo das Sete Encruzilhadas que em 1908 baixou em Zélio de Moraes para anunciar a umbanda.

Para os mais tradicionalistas, isso equivale a uma heresia. Para Adriana, foi o sinal para uma

nova missão: deixar o Rio e levar a umbanda até a China. A Bolívia será apenas a primeira encruzilhada da nova caminhada. (MB)